



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

A AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao ano de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. INTRODUÇÃO

A AgeRio é uma instituição financeira não bancária sujeita às normas do Banco Central do Brasil, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira conferida pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004, sendo vinculada atualmente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS) do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2024, a AgeRio manteve-se atuante no cumprimento do seu objeto social, com alocação de recursos próprios e de terceiros para atendimento às demandas de apoio financeiro que visam sustentação dos segmentos empresariais que contribuem para geração, recuperação e manutenção de emprego e renda, alinhado ao desenvolvimento sustentável da economia do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, sua atuação está focada em quatro áreas estratégicas de negócios: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Operações de Crédito com os Setores Privado e Público, Investimentos em Participações e Prestação de Serviços.

Durante o ano de 2024 a AgeRio operou no financiamento de operações de crédito com recursos próprios junto às prefeituras, com a linha AgeRio Setor Público e com operações direcionadas para o segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPEs), nas linhas de AgeRio Investimento e AgeRio Giro Produtivo. Em relação a recursos de terceiros, ao longo do período, a AgeRio operou com linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – por meio do Programa Inovacred – e com recursos do Ministério do Turismo (Mtur) – por meio do FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo. Além disso, atuante como prestadora de serviços, foram utilizados recursos do Fundo Estadual de Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO) e do Programa Fomenta Maricá, voltados para microempreendedores, micro e pequenas empresas daquele município.

3. PANORAMA ECONÔMICO

A economia brasileira apresentou um crescimento de 3,4% do PIB (Produto Interno Bruto) quando comparado ao mesmo período de 2023, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com bom desempenho dos setores da indústria (3,3%) e dos serviços (3,7%), enquanto o setor da agropecuária recuou (-3,2%).

A Despesa de Consumo das Famílias cresceu 4,8% em relação ao ano anterior, puxada pela melhora no mercado de trabalho, pelo aumento do crédito e pelos programas governamentais de transferência de renda. Já a Despesa do Consumo do Governo cresceu 1,9%. A Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 7,3%, devido aos aumentos da produção interna e da importação de bens de capital, além da expansão da Construção e do Desenvolvimento de Software.

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 2,9%, enquanto as Importações de Bens e Serviços subiram 14,7%. Os destaques da pauta de importações foram: produtos químicos; máquinas e aparelhos elétricos; veículos automotores; máquinas e equipamentos e serviços.

Em dezembro/2024, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu acelerar a alta nas taxas de juros ao elevar a Taxa Selic em 12,25% na última reunião do ano, fortalecendo o compromisso de convergência da inflação à meta. Com respeito à inflação, a sua meta estipulada para o ano de 2024 foi de 3% – com mínima de 1,5% e máxima de 4,5% – medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em dezembro/2024, o IPCA registrou, no acumulado do ano, o valor de 4,83%, superando em 0,21 ponto percentual (pp.) o IPCA de 2023 (4,62%) e ficando 0,33 pp. acima da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Quanto ao mercado de trabalho brasileiro, a taxa de desemprego média anual atingiu o menor patamar histórico em 2024 (6,6%), onde demonstrou uma diminuição de 1,2 p.p., quando comparado com o mesmo período de 2023 (7,8%), de acordo com o IBGE. No acumulado do ano de 2024, o Brasil atingiu um saldo positivo de, aproximadamente, 1,7 milhão de empregos formais com carteira assinada, com destaque para o setor de serviços (929 mil), o comércio (336,1 mil) e indústria (306,8 mil).

Especificamente sobre o Estado do Rio de Janeiro (ERJ), segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o PIB do Rio de Janeiro cresceu 2,5% no terceiro trimestre de 2024 e prevê que o PIB fluminense registre um crescimento de 4,1% no ano de 2024. A variação positiva será resultado do contínuo avanço da Indústria de Petróleo e Gás, Transformação e a de Construção. No que tange o mercado de trabalho fluminense, segundo dados do Novo CAGED do Ministério da Economia, o saldo de empregos formais no ERJ, foi de 145.240 novos postos de trabalho no acumulado do ano.

4. DESEMPENHO

4.1. Desempenho Econômico-Financeiro

A AgeRio registrou lucro de R\$ 6,8 milhões no exercício de 2024, com Patrimônio Líquido de R\$ 543,4 milhões e Ativo Total de R\$ 780,5 milhões.

A arrecadação total da receita teve valor de R\$ 101,3 milhões contra uma contabilização de despesa no valor total de R\$ 94,6 milhões.

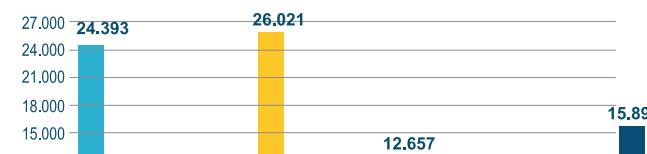
As receitas de operações de crédito foram de R\$ 40,5 milhões no exercício de 2024, representando uma redução de 18,1% em relação ao exercício de 2023.

Já as receitas de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) foram de R\$ 27 milhões (26%), e as receitas de Prestação de Serviço somaram R\$ 18,9 milhões (19%).

O grupo de Outras Receitas (reversões de impostos, receita de juros e mora, fundos garantidores, FREMF, créditos recuperados baixados como prejuízos e aluguel de imóveis) somaram aproximadamente R\$ 15,9 milhões (16%).

Em relação às receitas de prestação de serviços, a mais representativa foi junto ao FUNDES, no total de R\$ 12,7 milhões no exercício de 2024, representando uma redução de 3,5% em relação ao exercício anterior.

Receita Total: R\$ 101,3 milhões



O resultado de TVM obtido no encerramento do exercício de 2024 foi de R\$ 9,7 milhões (+R\$ 1,8 milhões em 2023), impactado principalmente pelo valuation das carteiras de Fundos de Participações nos quais a AgeRio investe.

A composição das despesas acumuladas no período de janeiro a dezembro de 2024 (R\$ 94,6 milhões), demonstra maior participação das despesas administrativas com o valor de R\$ 53,6 milhões (57%), seguida da despesa da provisão de crédito no valor de R\$ 30,9 milhões (33%) e despesa da TVM no valor de R\$ 17,3 milhões (18%). A seguir, apresentam-se os valores de todos os grupos da despesa e destaque a reversão do IR/CSLL devido ao reconhecimento do crédito tributário:

Despesa Total: R\$ 94,6 milhões



Destaca-se o impacto operacional significativo referente à provisão para perdas nas operações de crédito, cuja despesa no exercício de 2024 foi de R\$ 30,9 milhões (R\$ 24,6 milhões em 2023), reflexo principalmente do ambiente de aumento da inadimplência.

Destaca-se ainda o reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos no montante de R\$ 29,7 milhões, mediante realização de estudo técnico conforme previsto na Resolução CMN nº 4.842 de 30/7/2020, que teve um efeito de reversão da despesa tributária.

4.2. Desempenho Operacional

4.2.1. Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

O público-alvo do programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) são os microempreendedores com faturamento fiscal bruto anual de até trezentos e sessenta mil reais. O programa financia atividades produtivas de pequeno porte localizadas no estado do Rio de Janeiro por meio do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO). Em 2024, esse produto foi segmentado em duas linhas: uma para microempreendedores individuais; e outra para micro e pequenas empresas. A linha destinada aos microempreendedores individuais possui crédito de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais). Neste segmento, foram apoiados 2.390 microempreendedores, que totalizaram desembolsos da ordem de R\$ 21.31 milhões. Na linha destinada a micro e pequenas empresas (de ticket limitado em R\$ 21 mil) foram apoiadas 735 empresas, que totalizaram desembolsos da ordem de R\$ 15,15 milhões. Além disso, ainda com recursos do FEMPO, foi operacionalizada a linha CredíTaxi. Esta linha tem como objetivo o financiamento de novos carros aos taxistas do Estado do Rio de Janeiro. Foram apoiados 263 (duzentos e sessenta e três) taxistas, que totalizaram desembolsos da ordem de R\$ 18,14 milhões.

4.2.2. Operações com o Setor Privado

Até o mês de dezembro de 2024, foram realizadas 76 operações de crédito com pessoa jurídica, totalizando R\$ 41 milhões concedidos para micro, pequenas, médias e grandes empresas. Desta total, 39 empresas foram contempladas com nossos recursos próprios para capital de giro totalizando R\$ 2,8 milhões; 13 empresas receberam financiamento à inovação com um desembolso total de R\$ 31,4 milhões; e 24 empresas do setor de turismo receberam crédito no valor total de R\$ 6,7 milhões.

4.2.3. Programa Fomenta Municípios

No Programa Fomenta Municípios, a AgeRio atua como prestadora de serviços na operacionalização de crédito para apoio a pequenos negócios localizados nos municípios contratantes, com recursos oriundos dos orçamentos municipais. No ano, o programa Fomenta Municípios liberou cerca de R\$ 5,29 milhões em operações de crédito para 172 negócios, exclusivamente com a Prefeitura de Maricá.

4.2.4. Operações com Setor Público

Somos uma empresa parceira dos municípios do Estado do Rio de Janeiro por meio da concessão do crédito às prefeituras. Até o mês de dezembro/2024, ocorreram 8 liberações de operações de crédito no valor total de R\$ 48,5 milhões, com o Município de Nova Iguaçu recebendo R\$ 22,7 milhões, o Município de Mesquita com R\$ 18,5 milhões, o Município de Itaboraí com R\$ 4,1 milhões, o Município de Miguel Pereira com R\$ 3 milhões e o Município de Barra Mansa com R\$ 195,7 mil.

4.2.5. Investimentos em Participações

O investimento em Participações ocorre de forma indireta, ou seja, por meio de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) que são regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Por meio desse instrumento e contando com atuação profissional de gestoras de recursos habilitadas, são realizados investimentos em empresas com alto potencial de crescimento em troca de participação societária.

A atual carteira da AgeRio possui sete FIPs: FinHealth I, Performa Key, Nascenti, Br Startups, MSW Multicorp 2, Indicator 2 IOT e Criatec 4. A AgeRio já subscreveu investimento em outros dois FIPs, Govtech Brasil e WE Empreendedorismo Feminino, porém aguarda as chamadas de capital para realização de integralizações.

5. CARTEIRA DE CRÉDITO

Em dezembro/2024, o montante de recursos geridos pela AgeRio foi da ordem de R\$ 2,61 bilhões, assim composto:

a) A carteira de crédito de risco próprio apresentou saldo de R\$ 341,92 milhões, composta pelas linhas de financiamento com recursos próprios e recursos de terceiros (FINEP, FUNGETUR e BNDES) com aumento de 2,32% em relação a junho de 2024.

b) A carteira administrada referente aos Fundos Municipais apresenta saldo de R\$ 7,6 milhões, sendo composta pelo programa Fomenta Maricá e pelo programa Recomeçar Paraty.

c) A carteira administrada dos Fundos Estaduais apresenta saldo de R\$ 278,5 milhões, sendo composta pelas linhas de financiamento do FEMPO, Supera RJ, FREMF (Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses) e CrediTaxi.

d) A AgeRio prestava serviço de agente financeiro ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que possui um saldo no montante de R\$ 1,9 bilhão.

Fonte de Recursos (Dez/24)

Valor

AgeRio (Recursos Próprios) 244.924.877

FINEP 68.523.242

FUNGETUR 28.466.575

Carteira de Risco Próprio 341.914.695

Fomenta Maricá 7.606.658

Recomeçar Paraty 21.573

Fundos Municipais 7.628.231

FEMPO 31.756.164

Supera RJ (FEMPO) 54.307.618

Supera RJ Cidade Integrada (FEMPO) 1.058.045

Supera RJ Emergencial (FEMPO) 12.617.444

CrediTaxi (FEMPO) 17.970.045

FREMF 160.793.471

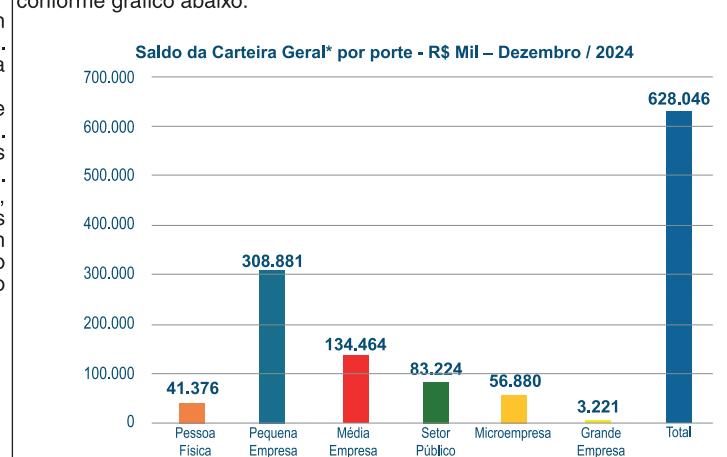
Fundos Estaduais 278.502.788

FUNDES 1.980.471.260

Carteira Geral 2.608.516.974

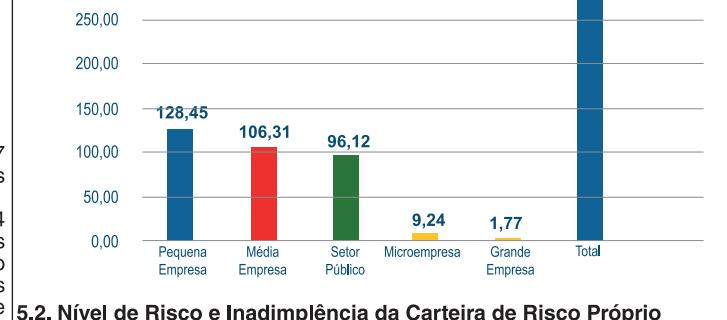
Total 628.046

Saldo da Carteira Geral* por porte - R\$ Mil - Dezembro / 2024



Analisando somente a nossa carteira de crédito de risco próprio, demonstra-se que a maior parte do saldo dessa carteira é composto também pelas empresas de porte de pequena empresa (38%):

Saldo da Carteira de Risco Próprio - R\$ Milhões - Dezembro 2024





AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em R\$ mil)

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
DISPONIBILIDADES	29	77	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	213.526	182.979
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	708.729	701.772	Obrigações por Empréstimos e Repasses	100.595	93.829
Títulos e Valores Mobiliários	409.186	372.202	Outros Passivos Financeiros	99.256	79.991
Operações de Crédito	341.915	367.828	Cauções de Operações de Crédito	13.675	9.159
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(42.372)	(38.258)	OUTROS PASSIVOS	23.590	32.386
OUTROS ATIVOS	6.709	9.734	Sociais e Estatutários	3.293	4.638
ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	30.378	33.123	Fiscais e Previdenciários	2.328	7.749
Imóveis Não de Uso Recebidos	42.104	42.104	Outras Obrigações	17.078	19.427
(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(11.726)	(8.981)	Provisão para Contingências	891	572
ATIVO FISCAL DIFERIDO	29.740	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	543.394	535.537
IMOBILIZADO DE USO	3.245	3.189	CAPITAL SOCIAL	536.345	532.381
Custo de Aquisição	14.029	13.439	RESERVAS DE LUCROS	7.049	3.156
(-) Depreciação Acumulada	(10.784)	(10.250)	TOTAL	780.510	750.902
INTANGÍVEL	1.680	3.008			
Custo de Aquisição	14.446	14.446			
(-) Amortização Acumulada	(12.766)	(11.438)			
TOTAL	780.510	750.902			

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em R\$ mil)

ESPECIFICAÇÕES	Capital social	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos	Totais
SALDOS EM 30/JUN/24	536.345	2.992	-	(26.511)
Aumento de Capital com Reservas	-	-	-	-
Aumento de Capital - incorporação JCP/Dividendos	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	-	-	33.268	33.268
Destinações	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	338	3.719	(4.057)
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	(1.095)	(1.095)
Dividendos	-	-	(1.605)	(1.605)
SALDOS EM 31/DEZ/24	536.345	3.330	3.719	543.394
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	338	3.719	26.511
SALDOS EM 31/DEZ/22	511.348	2.783	7833	521.964
Aumento de Capital com Reservas	7.833	-	(7.833)	-
Aumento de Capital - incorporação JCP/Dividendos	13.200	-	-	13.200
Resultado Líquido do Período	-	-	4.173	4.173
Destinações	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	209	164	(373)
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	(2.809)	(2.809)
Dividendos	-	-	(991)	(991)
SALDOS EM 31/DEZ/23	532.381	2.992	164	535.537
MUTAÇÕES DO PERÍODO	21.033	209	(7.669)	13.573
SALDOS EM 31/DEZ/23	532.381	2.992	164	535.537
Aumento de Capital com Reservas	164	-	(164)	-
Aumento de Capital - incorporação JCP/Dividendos	3.800	-	-	3.800
Resultado Líquido do Período	-	-	6.757	6.757
Destinações	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	338	3.719	(4.057)
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	(1.095)	(1.095)
Dividendos	-	-	(1.605)	(1.605)
SALDOS EM 31/DEZ/24	536.345	3.330	3.719	543.394
MUTAÇÕES DO PERÍODO	3.964	338	3.555	7.857

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais (salvo quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, situada na Avenida Rio Branco, 245 - Centro, no Rio de Janeiro/RJ, é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituida por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil. Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS), tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro à empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da Financiadora de Estudos Pesquisa - FINEP e do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES, administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses - FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores - FEMPO, e é operadora do Programa Fomenta Maricá, da oferta de créditos orientados no município, cujo recurso é oriundo de fundo administrado por este. Apoia, também, investimentos no Estado por meio de participações societárias indiretas, via fundos de investimento em participações.

Em abril de 2023 foi instituído o Programa CrediTaxi através de decreto regulamentando a lei 9.835/22, para oferta de crédito a taxistas para renovação de frota. O objetivo é apoiar as categorias e fomentar o setor de transportes, garantindo mais segurança e conforto aos passageiros. A linha de crédito é operacionalizada pela AgeRio, com taxa de juros zero e prazo para pagamento em até 60 meses e carência de 6 a 12 meses. Os financiamentos são concedidos com recursos do Fundo Estadual do Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO).

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, e são revisadas periodicamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Mudanças na Divulgação no Balanço Patrimonial: As contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade e a abertura de segregação entre circulante e não circulante passa a ser divulgada apenas nas respectivas notas explicativas.

A moeda funcional da Instituição é o Real (R\$). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 7 de março de 2025, a Diretoria Executiva aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

Normas e leis que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2024

Na data da preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e leis possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2024 e ainda não foram adotadas pela Agência:

A Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, a qual entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece novos conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para:

I - classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;

II - constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros e Ativos Problemáticos;

III - designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e

IV - evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais aspectos que contém a nova normativa são:

I - Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros

II. - Classificação de instrumentos financeiros

A classificação de Ativos Financeiros ocorrerá tanto pelo modelo de negócios, que define a forma como os instrumentos financeiros são gerenciados pela Agência, com vistas a atingir seus objetivos econômicos de curto, médio e longo prazo, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de "somente principal e juros" ("SPPJ").

Com base nesses dois critérios, os ativos serão classificados como i) custo amortizado, ii) valor justo no resultado ou iii) valor justo em outros resultados abrangentes. A Resolução CMN nº 4.966/21 prevê outras condições de designação de um instrumento ao valor justo sob determinadas condições.

A Agência opera com programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido ente público, mediante operações de financiamentos e prestação de garantias, com recursos próprios ou de terceiros, bem como realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma Agência de fomento. Foram realizadas análises dessas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros.

As Agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das categorias: títulos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, sendo que as duas primeiras categorias devem ocorrer o ajuste ao valor de mercado. Em decorrência deste fato, há alterações na mensuração da carteira decorrentes da adoção da nova norma, onde:

• Operações de Crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito, deverão ser classificados substancialmente a custo amortizado,

exceto aqueles que as características dos seus fluxos de caixa indicar que existam outros componentes relevantes fora do principal e juros e, portanto, não atenderem ao critério de acordo básico de pagamento, os quais deverão ser classificados a valor justo;

• As cotas de fundo de investimentos deverão ser classificadas como valor justo no resultado, por se trarem de ativos financeiros do tipo instrumento patrimonial cujo gerenciamento e desempenho é avaliado com base no valor justo dos ativos financeiros constantes no Fundo de investimento;

• As cotas de fundo de investimento designadas inicialmente como valor justo em outros resultados abrangentes, deverão ser avaliados pelo valor justo, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida adequada conta de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

• Os passivos financeiros, relacionados a compromissos de créditos e créditos a liberar, empréstimos e captações, serão classificados ao custo amortizado. Com base nos modelos adotados, a Agência estimou um impacto líquido de efeitos tributários de aproximadamente R\$ 3 (três mil reais) em seu patrimônio líquido, decorrente a aplicação da Resolução CMN nº 4.966/21, relativo à aplicação dos novos critérios de classificação de instrumentos financeiros. Os efeitos do referido impacto, serão registrados em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas dos respectivos instrumentos financeiros.

II - Constit



O DIA | QUINTA-FEIRA, 27-3-2025

*continuação



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

Adicionalmente, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Por fim, a Agência poderá optar, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por efetuar as deduções de que trata o caput deste artigo, à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

A implementação da Lei 14.467 resultará em um impacto estimado de -R\$ 571 (quinhentos e setenta e um mil reais) em seu patrimônio líquido, devido ao tratamento tributário. Os efeitos do referido impacto serão registrados em 1º de janeiro de 2025. Este valor foi calculado com base em simulações que consideram as novas regras de dedução de perdas de créditos, estabelecido pela Lei 14.467 e medida provisória 1.261/24.

Considerando o conjunto estimado dos impactos acima mencionados, decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e Lei nº 14.467/22, haverá um aumento percentual no patrimônio líquido da Agência, líquido de efeito tributário de 0,0006%.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, a contar da data de aquisição do respectivo título nos termos da Resolução CMN 4.818/2020 e Resolução BCB N° 2/2020. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos públicos federais que compõem a carteira dos fundos de investimento são mensurados pelo custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela AMBIMA. Os ganhos e/ou perdas são reconhecidos no resultado do período.

A AgeRio também vem investindo em cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP), tendo em vista seus objetivos estratégicos e sociais. A Circular nº 3.068 de 08/11/2001 BACEN, estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, mas as agências de fomento não são incluídas nestes critérios, motivo pelo qual se segue a Instrução CVM 579 de 30/08/2016, que estabelece os critérios contábeis de reconhecimento dos ativos e passivos desse tipo de Fundo, inclusive determinando seus registros pelos respectivos valores justos. O reconhecimento dos rendimentos desses Fundos tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

Em 2021, a AgeRio passou a controlar as variações positivas e negativas dos FIPs em função de avaliação ao valor justo em subcontas vinculadas ao ativo, a fim de adequar-se a Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017, no intuito de tributar tais ganhos no cálculo do IRPJ e CSLL, somente em sua alienação ou baixa. Até o exercício de 2020, as variações positivas, fruto de avaliação ao valor justo, eram tributadas de forma tempestiva, sem a efetiva realização do fundo.

d) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito

a) Operações de crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos das operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso a partir de 15 dias como operações em curso anormal.

b) Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 5.

c) Renegociação

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H".

d) Ativos não financeiros mantidos para venda

Compostos por imóveis disponíveis para venda, recebidos em diação em pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem.

e) Imobilizado de uso e Intangível

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação acumulada, conforme método linear e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica estimado (Nota 8).

O Ativo Intangível está representado por direitos e bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os itens registrados no Ativo Intangível são amortizados pelo método linear e com taxas estabelecidas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens (Nota 9).

f) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

g) Avaliação do valor recuperável (Impairment)

Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programas de testes de recuperabilidade, conforme determinado pelas normas contábeis vigentes, mantendo-se os saldos contábeis inferiores aos valores de mercado apurados.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual, com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% nos termos da legislação fiscal em vigor.

i) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

j) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da área Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota "11c".

k) Créditos tributários

Foi efetuado o registro contábil de ativos fiscais deferidos decorrentes de diferenças temporárias, mediante a elaboração de estudo técnico nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020, sobre projeções da expectativa de resultados futuros, e demonstração da probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido. O detalhamento consta na nota explicativa 14b.

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Carteiras de Valores Mobiliários

31/12/2024 31/12/2023

I - Curto Prazo	343.933	275.087
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	320.190	275.087
Titulos Públicos Federais	23.743	-

II - Longo Prazo	65.253	97.115
Titulos Públicos Federais	24.330	44.834
Cotas de Fundos em Participações (ii)	39.661	51.052
Cotas de Fundos Garantidores (iii)	1.262	1.229

Total de Títulos e Valores Mobiliários 409.186 372.202

(i) Compreendem as Cotas dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, a saber: Fundo Gov PP, FI CAIXA AgeRio e BB Agerio FI, administrados, respectivamente, pelo Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. O Fundo GOV PP é direcionado aos entes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Tanto o FI CAIXA quanto o BB Agerio FI são fundos destinados à AgeRio, e sua carteira é composta predominantemente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, e em menor percentual em operações compromissadas.

(ii) As aplicações em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) atendem o objeto social da AgeRio, através do apoio ao desenvolvimento de empresas inovadoras e com alto potencial de crescimento. O Anexo IV da Resolução CMN nº 175, de 23 de dezembro de 2022, normatiza a atuação dos FIPs. Vide composição a seguir:

Fundo	Previsão de encerramento*	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado Contabilizado
BBI Financial I	21/12/2025	10.000	10.000	21.468
Performa Key	26/12/2025	5.000	4.498	271
Nascenti	20/04/2025	2.000	2.000	294
Br Startups	11/03/2026	6.000	6.000	7.436
MSW Multicorp 2	04/04/2032	7.500	4.966	5.162
Indicator 2 IOT	02/03/2031	10.000	5.150	4.890
GovTech	20/12/2032	7.500	-	-
WE Ventures	19/03/2030	5.000	-	-
Criatec 4	04/07/2033	10.000	539	140
Total (ii)	-	63.000	33.153	39.661

*passível de prorrogação

(iii) As Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos possuem a composição a seguir:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado Contabilizado
FGI	1.045	1.045	1.262
FGO	-	-	-
Total (iii)	1.045	1.045	1.262

Em novembro de 2023 houve a deliberação das regras de saída de cotistas referente ao encerramento do FGO, administrado pelo Banco do Brasil, mantendo-se um saldo remanescente para suportar os encargos do Fundo. Em dezembro de 2024 foi realizado o resgate total das cotas e o respectivo pagamento aos cotistas.

As Cotas dos Fundos de Investimento de Renda Fixa, em Participações e Títulos Públicos Federais são custodiadas pelo Banco Bradesco.

Em 31 de Dezembro de 2024 a Instituição não possui em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 5 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador do crédito e a operação.

a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco

Classificação	Total das Operações (31/12/2024)	Valor da Provisão Adicional (31/12/2024)	Valor da Provisão Adicional (31/12/2023)
A	160.501	0,5%	803
B	61.239	1,0%	612
C	67.042	3,0%	2.011
D	6.355	10,0%	42
E	4.387	30,0%	1.316
F	7.606	50,0%	3.803
G	6.386	70,0%	4.471
H	28.399	100,0%	28.399
TOTAL	341.915	42.050	322

*Resolução nº 2682/99

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, mínima e adicional, obedece aos parâmetros estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, e é fundamentado em estudo da carteira, cenário econômico, e na qualidade, suficiência e liquidez das garantias.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	38.258	27.344
Constituição da provisão	26.715	23.483
Reversão de provisão	(6.188)	(4.091)
Créditos baixados para Prejuízo	(16.413)	(8.478)
Saldo no fim do período	42.372	38.258

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos

Prazo	31/12/202
-------	-----------



*continuação



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

c) Despesa de Pessoal

	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	22.835	21.504
Encargos Sociais	7.900	7.604
Honorários de diretores e conselheiros	1.707	2.153
Benefícios	6.805	6.747
Treinamentos	50	220
Estagiários	665	612
Total	39.962	38.840

d) Outras Despesas Administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesa de Energia Elétrica	312	256
Despesa de Aluguel	33	37
Despesa de Comunicação	121	136
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	502	298
Despesa com Materiais	52	49
Despesa Processamento de Dados	3.230	2.162
Despesa Promoções e Relações	77	487
Despesa de Propaganda e Publicações	104	155
Despesa de Seguros	105	70
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	188	167
Despesa com Serviço de Terceiros	1.511	1.619
Despesa Serviço de Vigilância	95	95
Despesa Serviço Técnico Especializado	3.367	1.489
Despesa de Transporte	169	246
Despesa com Viagens	126	113
Despesa com Emolumentos judiciais e cartorários	2.197	846
Despesa com Associações	227	197
Despesa com Condomínio	601	592
Outras Despesas Administrativas	29	36
Despesa com Depreciação e Amortização	1.861	1.739
Total	14.907	10.789

e) Despesas Tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
ISS	1.045	491
COFINS	3.207	3.608
PIS	521	586
Outros Impostos e Taxas	206	508
Total	4.979	5.193

Desde 2021 a AgeRio tem sido anualmente habilitada a patrocinar projetos culturais certificados pela Secretaria Municipal das Culturas (SMC) através de renúncia fiscal do ISS (Imposto Sobre Serviços). O limite de patrocínio da Agência foi estabelecido em R\$ 48,7 (2024) e 38,8 (2023) pela SMC. Após a habilitação e o contato com os projetos certificados, foi definido o patrocínio da Agência ao projeto de capacitação profissional "Arte Gerando Renda", desenvolvido pelo produtor Favela Mundo, que promove cursos gratuitos de arte e empreendedorismo em comunidades do Rio de Janeiro. O direcionamento dos recursos oriundos da renúncia fiscal foi efetuado pela AgeRio nos exercícios de 2023 e 2024, totalizando os montantes acima mencionados.

f) Outras Receitas Operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Créditos Baixados Prejuízos	8.901	15.882
Reversão PLR	4	57
Outras Rendas Operacionais	73	493
Total	8.978	16.432

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Apuração do imposto de renda e da contribuição social correntes

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	IPJ	CSLL
CSLL	IPJ	CSLL
Total	8.978	16.432

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de empregados

(-) Participação nos lucros	(22.429)	(22.429)	15.646	15.646
(-) Juros sobre o Capital Próprio – JCP/Dividendos	(516)	(516)	(765)	(765)
Resultado após JCP/Dividendos	–	–	(3.800)	(3.800)
(+) Adições	(22.945)	(22.945)	11.081	11.081
(-) Exclusões	52.776	52.776	37.335	37.335
Resultado Líquido Ajustado	(29.641)	(29.641)	(24.091)	(24.091)
IR – 25% e CSLL – 20%	190	190	24.325	24.325
Total IR e CSLL	–	38	5.843	4.865
Ganho Tributário JCP	38	–	10.708	760

Em 2023 a AgeRio aderiu ao incentivo fiscal de apoio à inovação tecnológica previsto na Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), apurando uma economia tributária de R\$ 124 em 2023 e de R\$ 87 em 2024.

Conforme previsto no art. 75 da IN 2201/2024 RFB, para efeitos de apuração do lucro real e do resultado ajustado a pessoa jurídica poderá deduzir os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados, individualizadamente, ao titular, aos sócios ou aos acionistas, limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e calculados, exclusivamente, sobre as seguintes contas do patrimônio líquido. Assim, em 2024 houve a constituição do JCP (Nota 11a), mas não houve a sua dedução na base fiscal com a fundamentação de que esta geraria prejuízo fiscal no ano corrente para AgeRio.

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 2024 foi realizado estudo técnico tributário que evidenciou que a AgeRio atende aos requisitos estabelecidos pelo Banco Central para constituição de créditos tributários oriundos do estoque de PDD ativa e das operações em prejuízo cujas perdas não foram utilizadas pelos critérios da Lei 9.430/1996, conforme demonstrado abaixo:

DIFERENÇA TEMPORÁRIA

	Base 31/12/2024
Provísio para Perdas Res. 2682	42.372
Prejuízo Lei 9.430	23.718
TOTAL DIFERENÇA TEMPORÁRIA	66.090
IRPJ DIFERIDO – 25%	16.522
CSLL DIFERIDO – 20%	13.218
ATIVO FISCAL DIFERIDO	29.740

O referido estudo demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos, nos termos previstos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020.

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A instituição não realizou operações com características de derivativos e não possui operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros, na data do Balanço.

NOTA 16 – SEGUROS

Seguro	Vigência	Lim. Máx. de Indenização/ Garantia R\$ mil
Bens Patrimoniais e Imóveis	25/02/2024 a 25/02/2025	6.350

Em 31 de Dezembro de 2024 a AgeRio mantinha apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos.

NOTA 17 – LIMITES OPERACIONAIS

Os Limites Operacionais da AgeRio são reportados mensalmente ao Banco Central do Brasil através do documento 2061 – Demonstrativo de Limites Operacionais. A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Resolução BCB n.º 229/2022. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Resolução BCB n.º 356/2023.

A AGEIRO não possui operações em carteira de negociação. A metodologia utilizada para cálculo do valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) é o ΔNI, conforme apontado no Art. 5º da CIRCULAR N.º 3.876, DE 31 DE JANEIRO DE 2018.

Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGEIRO se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	541.725	514.562

Capital Destacado para Operações com o Setor Público

PR para Limite de Compatibilização com o RWA	74.535	74.535
RWA – Ativos Ponderados pelo Risco	467.190	440.027
- RWAPAD	719.346	687.736
- RWOPAD	476.543	525.217
IRRBB	242.803	162.520
Limite para Imobilização (LI)	11.713	8.253
Situação para Limite de Imobilização	233.595	220.013
Índice de Imobilização (II)	3.245	3.188
Índice de Basileia (IB)	0,69%	0,72%
	64,95%	63,98%

Os Juros sobre Capital Próprio, valor que engloba os dividendos mínimos obrigatórios (Nota



*continuação



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

todo o processo de concessão de crédito, desde a fase de apresentação da documentação até a fase de pagamento/ cobrança, analisando também a possibilidade de responsabilidade financeira e jurídica com o contrato que foi responsável. (...) Na reunião de setembro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes solicitações e recomendações, requerendo atendimento até o mês de dezembro de 2024: I - Recomenda a análise do percentual de inadimplência das outras Agências de Fomento do Brasil a título de comparativo com o percentual da AgeRio sugerindo a realização de benchmarking; II - Solicita que a equipe de aprovação de crédito apresente, de forma detalhada, os procedimentos de comprovação dos requisitos de concessão de crédito, tanto no cenário anterior quanto a partir das mudanças já implementadas, tais como os impactos já observados; III - Solicita a apresentação da análise de responsabilidade dos agentes de crédito (...); IV - Solicita que seja apresentado relatório quanto a seguinte recomendação do Comitê em 21 de agosto de 2024 - (i) Tendo em vista a apresentação do Balanço Financeiro referente ao mês de junho de 2024, o COAUD recomenda que: No que se refere ao item de letra N [Destaque para as despesas com emolumentos judiciais e cartorário (...)], seja realizado o acompanhamento e a comparação dos custos com a cobrança judicial e extrajudicial e o valor recuperado, para que se analise o custo-benefício deste aporte; e V - Tendo em vista a apresentação do Desempenho Econômico-Financeiro da AGÊNCIA, o COAUD recomenda que, nas próximas apresentações seja realizada uma comparação mês a mês, do acumulado em relação ao exercício anterior, conforme apresentado no Relatório de Análise de Contas (...). Na reunião de outubro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes solicitações e recomendações: I - Solicta maior detalhamento na apresentação do próximo balanço financeiro, conforme detalhado no Relatório da Carteira de Crédito e do Desempenho Econômico e Financeiro referente ao mês de agosto de 2024, pautado na presente reunião, explicando as principais variações, bem como análise do PDD; II - Em relação a apresentação elabora pela SUOPA sobre o Processo de Análise de Crédito - Comparativo 2022/2024, o COAUD solicita que o material seja apresentado presencialmente pelo gestor responsável da respectiva área; e III - Em relação a apresentação elabora pela SUJUR sobre Recuperação de Crédito referente à 2024, o COAUD solicita que o material seja apresentado presencialmente pelo gestor responsável da respectiva área. (...) Na reunião de novembro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes solicitações e recomendações: I - Em relação a apresentação elaborada pela SUJUR sobre Recuperação de Crédito referente à 2024, o COAUD solicitou que o tema seja apresentado de forma trimestral ao colegiado, e que nas próximas apresentações sejam incluídos os seguintes pontos: (i) histórico da recuperação de crédito cobrado judicialmente; (ii) valor total da dívida cobrada judicialmente, bem como a sua comparação com o montante efetivamente recebido em decorrência das ações judiciais de cobrança; (iii) valor gasto para cobrança da dívida, incluindo emolumentos pagos em decorrência das ações; e (iv) análise se o resultado das cobranças gerou um saldo positivo ou negativo, considerando a comparação entre o valor recuperado e o valor total gasto. (...) Na reunião de dezembro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou a seguinte

solicitação: I - O Comitê de Auditoria recomendou que, nas próximas apresentações, seja demonstrado os clientes que estão sendo migrado para prejuízo. (...) 4. **AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO:** Pela avaliação da estrutura organizacional da AGÊNCIA, o Comitê de Auditoria tem verificado que a AgeRio vem adotando providências relevantes voltadas a gestão e implementação de políticas, procedimentos e sistemas para execução dos processos de controle interno, contabilidade, financeiro, administração de carteira, gestão de risco de crédito, gerenciamento de riscos corporativos e de alocação de capital adequados a natureza e a complexidade da instituição e dos seus negócios (...) 5. **AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA:** (...) O Comitê de Auditoria tem a sua disposição o acesso direto a Auditoria Interna da AGÊNCIA e aos Auditores Independentes (por meio da Auditoria Interna) para discussão de atividades realizadas. (...) Diante disso, foi avaliado pelo Comitê que a Auditoria Interna vem exercendo suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o seu Plano Anual de Atividades (PLANAT), de forma independente, contínua e efetiva, disponibilizando canais de comunicação eficazes. Quanto a Auditoria Independente, por sua vez, o Comitê avalia de forma plenamente satisfatória o volume e a qualidade das informações fornecidas por esta, não tendo sido verificadas situações que pudesse prejudicar a objetividade e a independência dos auditores externos, bem como a solidez e continuidade da AGÊNCIA. 6. **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** (...) As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras ocorrem em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da AGÊNCIA, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação as Demonstrações Financeiras apresentadas. 7. **CONCLUSÕES:** O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações e nos relatórios (e demais documentos) recebidos da Diretoria Executiva e das áreas de Controladoria, Gestão Financeira, de Riscos Corporativos, de Controle Interno, Conformidade e Programa de Integridade, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente (referentes, dentre outros, a análise mensal do balanço, gerenciamento de disponibilidades e de risco, gestão da carteira de crédito, execução do Plano Financeiro Orçamentário, demonstrativo de limites operacionais), ponderadas as limitações decorrentes do escopo de suas atribuições, conclui que não foram identificadas situações que possam colocar em risco a continuidade da AGÊNCIA. Em assim sendo, o Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Financeiras individuais referentes ao segundo semestre de 2024, com o consequente encaminhamento ao Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2025.

COMITÊ DE AUDITORIA:

Alexandre Wanzeller Casali (Presidente Interino /Membro Qualificado) – Marcelo Fiorini (Membro).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Acionistas e Administradores da
Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AGERIO
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AGERIO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AGERIO em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à AGERIO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal da Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da AGERIO é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AGERIO, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A.- AGERIO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante da fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGERIO.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da AGERIO. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AGERIO a não mais se manter em continuidade operacional.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGERIO.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da AGERIO. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AGERIO a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 10 março de 2025.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES - CRC - 2SP 017.676/O-8

CNAI PJ - 000155

HUGO FRANCISCO SACHO - CRC - 1SP 124.067/O-1

MARINHA DO BRASIL
HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90013/2025 – UASG: 765720

Processo nº 63148.007646/2025-20 Objeto: Aquisição e instalação de equipamentos e sistema de controle de acesso (catracas), software de gerenciamento, grades, portinholas e corrimões ao novo refeitório e demais áreas do Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Edital e seus Anexos. Total de Itens Licitados: 7. Edital: a partir de 27/03/2025 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço Rua Cesar Zama, 185 – Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro – RJ, 4º andar, na Divisão de Aquisição ou <https://www.gov.br/compras/editais/765720-5-90044-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 27/03/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Contato da Divisão de Aquisição do Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD) - Tel: (21) 2599-5426 ou 5411 ou e-mail: daiane.leal@marinha.mil.br.

PAULO HENRIQUE DIAS VEIGA
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Ordenador de Despesa